



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTERNACIONAL nº 90002/2024 – NLC/PRES

Código UASG: 926162

PROCESSO SEI nº 00112-00025268/2024-08

TIPO: TÉCNICA E PREÇO

REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA

MODO DE DISPUTA: FECHADO

FASE RECURSAL: ÚNICA

VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL PARA A CONTRATAÇÃO: R\$ 610.237.661,13 (seiscentos e dez milhões duzentos e trinta e sete mil seiscentos e sessenta e um reais e treze centavos).

A **COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP**, por intermédio do Presidente da Comissão designada pelo Diretor Presidente, em conformidade com os termos do Processo nº 00112-00025268/2024-08 e torna público a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Concorrência Eletrônica Internacional, com critério de julgamento de TÉCNICA E PREÇO, sob o regime de execução indireta – CONTRATAÇÃO INTEGRADA, no modo de disputa FECHADO**, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 16 de março de 2023, e demais leis Distritais e federais pertinentes ao objeto da licitação.

1. OBJETO

1.1. Contratação integrada de empresa ou consórcio, nacional ou internacional, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como *As Built* ("Como Construído"); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; ao fornecimento e instalação de mobiliário fixo; montagem, realização de testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes à entrega final da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a ser implantado no endereço: Setor de Administração Federal Sul (SAF), Quadra 5, Lote 03, Asa Sul, Brasília - DF.

2. DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia: 24 de março de 2025.

Hora: 9h.

2.1. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

2.2. **ENDEREÇO:** As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.3. Caso ocorra fato superveniente que impeça a realização na data marcada para a abertura da proposta, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo disposições em contrário.

3. **ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS**

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: nlc@novacap.df.gov.br, que serão respondidos pela NOVACAP, no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis, contado a partir do seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, estas também serão transcritas nos sítios Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e da Novacap (<https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/>).

3.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

3.3. Recursos e contrarrazões: as razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 13, deste edital.

4. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste certame os interessados, empresas nacionais e estrangeiras, isoladamente ou em consórcio, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, para empresas estrangeiras, mediante código identificador específico disponibilizado pelo sistema.

4.1.1. As empresas estrangeiras que não funcionem no País, para participar da licitação, deverão ter representante legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2. O credenciamento no Portal de Compras do Governo Federal implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações relativas à Concorrência Eletrônica Internacional.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados ao subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação do licitante no momento da habilitação.

4.6. Não poderão participar desta licitação:

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Sociedades que desempenhem atividades incompatíveis com o objeto da licitação, incluindo cooperativas, conforme vedação do art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017;

- 4.6.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil.
- 4.6.4. Autor do anteprojeto, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.6.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, da qual o autor do anteprojeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.6.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, nos termos do art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;
- 4.6.7. Empresa ou consórcio que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.6.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si, conforme Lei nº 6.404/1976;
- 4.6.9. Empresa ou consórcio que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.6.11. Agente Público do órgão ou entidade contratante ou da execução do contrato, que atue direta ou indiretamente, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.6.12. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.6.13. Empresa ou consórcio suspenso de participar em licitação e impedidos de contratar com a União e o Distrito Federal, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.6.14. Empresa ou consórcio declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos anteprojetos e a empresa a que se referem os subitens 4.6.4 e 4.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.8. O disposto nos subitens 4.6.4 e 4.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.9. O impedimento de que trata o subitem 4.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.10. A vedação de que trata o subitem 4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA CONDIÇÃO PRELIMINAR

5.1. A participação na Licitação implica a aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, Anexo(s) e Instruções, bem como a observância dos Regulamentos Administrativos e das Normas Técnicas pertinentes.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas técnicas e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.1.1. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 8 deste Edital.

6.2. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. Cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências deste Edital;

6.2.2. Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação;

6.2.3. Não emprega menor;

6.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 93 da Lei Federal nº 8.213/91, quando for o caso (Favor consultar a regularidade da empresa antes de declarar no sistema o cumprimento da exigência constante do inciso IV, art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>);

6.2.5. Cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT, quando for o caso;

6.2.6. Não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

6.2.7. A falsidade da declaração de que trata o subitem 6.2.1, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

6.3. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta técnica e a proposta de preço anteriormente inseridos no sistema, até antes da abertura da sessão pública.

6.4. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a classificação das propostas técnica e de preço.

6.5. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

6.6. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DA PROPOSTA

7.1. A licitante interessada em participar do certame deverá encaminhar, concomitantemente, com os documentos da proposta técnica exigidos no item 12 do Termo de Referência, sua proposta de preços com valores monetários expressos em reais, em conformidade com o disposto no item 13 do Termo de Referência exclusivamente por meio eletrônico, no sítio (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) a partir da data da liberação do edital no Portal de Compras do Governo Federal, até a data e hora de abertura da sessão pública.

7.2. A proposta de preços deverá conter os seguintes requisitos:

7.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

7.2.2. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

7.2.3. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.2.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

7.2.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

7.2.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

7.2.7. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a abertura da licitação.

7.2.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.3. A Proposta de Preços para empresa estrangeira deverá:

7.3.1. Ser acrescida dos percentuais dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente os licitantes estabelecidos no Brasil quanto à operação final de venda, conforme art. 52, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo este percentual total já estar incluso no preço proposto; e

7.3.2. Estar redigida na Língua Portuguesa do Brasil, idioma oficial desta licitação, e ter os valores expressos em moeda nacional (Real).

7.4. A proponente deverá apresentar, juntamente com a proposta, as seguintes declarações:

7.4.1. Declaração que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vista a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário - TCU, em não havendo vistoria, conforme Modelo do Anexo IV deste Edital; ou

7.4.2. Declaração que vistoriou o local onde serão executados os serviços objeto da licitação e que tomou plena ciência das condições e peculiaridades existentes, conforme Modelo do Anexo V deste Edital; e

7.4.3. Declaração de que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021), conforme Modelo do Anexo VI deste Edital; e

7.4.4. Declaração de compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional (em atendimento a Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019), conforme Modelo do Anexo VII deste Edital, destinando 6% (seis) por cento das vagas para pessoas nesta condição; e

7.4.5. Declaração, sob as penalidades da Lei, que disponibilizará o percentual mínimo de 2% das vagas de trabalho para pessoas em situação de rua, conforme estabelece a Lei Distrital nº 6.128, de 2018, e o Decreto Distrital nº 45.846, de 2024, conforme Modelo do Anexo VIII deste Edital; e

7.4.6. Declaração de que a empresa licitante dispõe toda a infraestrutura necessária (instalações, aparelhamento, corpo técnico disponível) à execução dos serviços a serem contratados conforme prazos

definidos no cronograma físico-financeiro, conforme Modelo do Anexo IX deste Edital; e

7.4.7. Declaração informando que dispõe dos profissionais que conformarão a Equipe Técnica Responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, conforme Modelo do Anexo X deste Edital; e

7.4.8. Declaração de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei Federal nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais), conforme Modelo do Anexo XI deste Edital; e

7.4.9. Declaração que não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que seja(m) cônjuge(s), companheiro(s) ou tenha(m) parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos do inciso VI e do §3º, do art. 2º da Resolução CNJ n. 7/2005, alterada pela Resolução CNJ n. 229/2016, bem como, aqueles com vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público atue na fiscalização ou na gestão do contrato; (art. 7 inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021) e inexistência de participação, direta ou indireta, de agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal que atuem como contratantes ou responsáveis pela licitação, em conformidade com o disposto no Decreto Distrital nº 39.860/2019 e na Portaria Distrital nº 356, de 29 de julho de 2019, conforme Modelo do Anexo XII deste Edital; e

7.4.10. Declaração que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (art. 14 inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021), conforme Modelo do Anexo XIII deste Edital; e

7.4.11. Declaração expressa de que se submetem à legislação brasileira (no caso de empresa estrangeira), conforme Modelo do Anexo XIV deste Edital; e

7.4.12. Declaração que atenda aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, em conformidade com a Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, e suas alterações, bem como com a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e o Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética da Justiça Federal, conforme Modelo do Anexo XV deste Edital; e

7.4.13. Declaração, que executará os serviços sob sua responsabilidade atendendo ao que prevê as Normas de Acessibilidade vigentes, nos termos da Lei Federal nº 10.098/2000 e Decreto Distrital nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138/2018, conforme Modelo do Anexo XVI deste Edital; e

7.4.14. Declaração de Direitos de Propriedade dos Modelos, conforme Modelo do Anexo XVII deste Edital; e

7.4.15. Declaração de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais, conforme Modelo do Anexo XVIII deste Edital; e

7.4.16. Declaração de Verificação de Documentação Técnica, conforme Modelo do Anexo XIX deste Edital.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Iniciada a sessão pública, o Presidente da Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição das notas à proposta de técnica e de preço.

8.2.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o subitem 8.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Presidente da Comissão, via sistema.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão e os licitantes.

8.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Presidente da Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.5. No julgamento das propostas técnicas, conforme subitem 12.3 do Termo de Referência será atribuído ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NPT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$\text{NPT} = \text{PT} + \text{ELP} + \text{ELO} + \text{QEP} + \text{QEO}$$

Onde:

NPT: é a Nota da Proposta Técnica

PT: é a pontuação do Plano de Trabalho

ELP: é a pontuação da Experiência da Licitante na Elaboração de Projetos

ELO: é a pontuação da Experiência da Licitante na Execução de Obras

QEP: é a pontuação da Qualificação da Equipe de Projetos

QEO: é a pontuação da Qualificação da Equipe de Obras

8.6. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas, o Presidente da Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NPP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$\text{NPP} = (X_1 / X_2) \times 100$$

Onde:

NPP: é a nota da proposta de Preço;

X_1 : é o preço da menor proposta classificada ou menor oferta;

X_2 : é o preço da proponente classificada.

A relação X_1 / X_2 será limitada ao valor máximo de 1.

8.9. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

8.10. Após análise das propostas de preços, evidenciado potencial sobrepreço relativo à proposta de preço o Presidente da Comissão deverá negociar condições mais vantajosas, nos termos do art. 30 da IN Seges 02/2023.

8.10.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação das propostas de preços, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 8.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.11. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.
- 8.12. O Presidente da Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 03 (três) dia úteis, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares
- 8.13. A análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 8.13.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e dos grupos e subgrupos, conforme Termo de Referência.
- 8.13.2. Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.13.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei 14.133/2021 em consonância com o Acórdão nº 169/2021 do TCU.
- 8.13.4. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, será efetuada diligência, na forma do art. 59, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:
- 8.13.5. Intimação do licitante para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- 8.13.6. Verificação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- 8.13.7. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- 8.13.8. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- 8.13.9. Verificação de outros contratos que o licitante mantenha com a NOVACAP ou com entidades públicas ou privadas;
- 8.13.10. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como, atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- 8.13.11. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo licitante;
- 8.13.12. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- 8.13.13. Estudos setoriais;
- 8.13.14. Análise de soluções técnicas escolhidas e condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços;
- 8.13.15. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.
- 8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.15. Na avaliação de conformidade das propostas técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.
- 8.16. Serão desclassificadas as propostas que:

- 8.16.1. Contiverem vícios insanáveis;
- 8.16.2. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.16.3. Apresentarem preços inexequíveis e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração, ou permanecerem acima do preço máximo global ou por grupo ou por subgrupo, definido para a contratação;
- 8.16.4. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;
- 8.16.5. Não atendam o disposto no item 13 do Termo de Referência.
- 8.17. Serão inabilitadas as empresas:
 - 8.17.1. Que não anexarem a documentação de habilitação, conforme estabelecido no item 9 do Edital;
 - 8.17.2. Com impedimentos ou irregularidades, nos termos do subitem 9.9.10 deste Instrumento; e
 - 8.17.3. A licitante que fizer indevida declaração quanto à reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do subitem 6.2.4 deste Edital, será inabilitada e sujeitar-se-á às penalidades previstas neste instrumento.
- 8.18. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = \frac{40 \times NPT + 60 \times NPP}{100}$$

Onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

- 8.19. Encerrados os prazos estabelecidos no subitem 8.2, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).
- 8.20. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:
 - 8.20.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;
 - 8.20.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão, preferencialmente, ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
 - 8.20.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 8.20.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 8.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
 - 8.21.1. Empresas estabelecidas no Distrito Federal;
 - 8.21.2. Empresas brasileiras;
 - 8.21.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, por meio do sistema eletrônico, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos nos itens 12, 13 e 15 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. A empresa estrangeira que não esteja autorizada a funcionar no Brasil, nos termos do artigo 1.134 do Código Civil Brasileiro, tanto para participação isolada como em consórcio, deverá:

9.2.1. Apresentar procuração, em língua portuguesa ou traduzida para a língua portuguesa.

9.3. Os documentos de origem estrangeira, apresentados em outras línguas, atenderão às exigências contidas nos itens de PROPOSTA TÉCNICA e HABILITAÇÃO mediante a apresentação de equivalentes e acompanhados da respectiva tradução para a língua portuguesa.

9.3.1. Não havendo documentos equivalentes aos solicitados neste Termo de Referência e/ou de órgão(s) no País de origem que os autentique(m), as empresas estrangeiras deverão apresentar declaração informando tal situação, traduzida para a língua portuguesa e declarando, sob as penas da Lei Federal, conforme Modelo do Anexo XX deste Edital

9.4. A PROPOSTA DE PREÇO, assim como todas as correspondências, informações e comunicações relativas aos procedimentos da LICITAÇÃO, deverá estar redigida na Língua Portuguesa do Brasil, idioma oficial desta LICITAÇÃO, e ter os valores expressos em moeda nacional (Real).

9.5. Constatada divergência entre documento no idioma original e a tradução, identificada pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO mediante diligências, ou mediante apreciação de eventual recurso, prevalecerá o texto original, com nova tradução para a língua portuguesa, sem prejuízo da aplicação das sanções cíveis, penais e administrativas cabíveis, conforme o caso.

9.6. No caso da licitante estrangeira ser declarada vencedora do certame, deverá apresentar, para fins do contrato, os documentos traduzidos entregues na fase licitatória com respectiva tradução juramentada para a Língua Portuguesa, realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil.

9.7. Para habilitar-se na presente licitação, a licitante deverá encaminhar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado a partir da solicitação pelo Presidente da Comissão, exclusivamente via sistema eletrônico, em formato digital, no Portal de Compras do Governo Federal, por meio da opção "Enviar Anexo", os documentos que não estejam contemplados no SICAF, conforme a seguir:

9.7.1. Documentação de Habilitação Jurídica;

9.7.2. Documentação de Qualificação Técnica;

9.7.3. Documentação de Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista; e

9.7.4. Documentação de Qualificação Econômico-Financeira.

9.8. Relativamente à Habilitação Jurídica:

9.8.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.8.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores;

9.8.2.1. Caso o Representante Legal não esteja indicado no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, deverá apresentar procuração.

9.8.2.2. São aplicáveis as regras do art. 3º, da Lei Federal nº 13.726/2018, relativamente à autenticação de documentos.

9.8.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

9.8.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa e sociedade estrangeira em funcionamento no País.

9.9. A participação sob a forma de consórcio deverá observar as seguintes condições:

9.9.1. Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio subscrito pelos consorciados, por Escritura Pública ou Documento Particular, nos termos do art. 3º, da Lei 13.726/2018, com pelo menos o seguinte:

9.9.1.1. Finalidade e Designação do consórcio e sua composição;

9.9.1.2. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

9.9.1.3. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

9.9.1.4. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;

9.9.1.5. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

9.9.1.6. Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;

9.9.2. No Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, constante no subitem 9.6.1, deve estar prevista as seguintes condições:

9.9.2.1. De que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no subitem 9.6.1.3 deste Edital.

9.9.2.2. De que a substituição de consorciado previamente autorizada pelo Contratante estará condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

9.9.2.3. Acerca da responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

9.9.2.4. Se vencedor, o consórcio fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato de execução dos serviços, a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso firmado, nos subitens acima.

9.9.2.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

9.9.2.6. O consórcio proponente, se vencedor deste certame, fica obrigado a promover, em até 10 (dez) dias antes da celebração do contrato, a sua constituição e o devido registro, nos exatos termos do compromisso apresentado neste edital.

9.9.2.7. O consórcio deverá constituir CNPJ próprio para fins de pagamentos resultantes da contratação, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1199.

9.10. **Relativamente à Qualificação Técnica:**

9.10.1. Atender as exigências contidas no item 15 do Termo de Referência.

9.11. **Relativamente à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**, será comprovada mediante consulta, da Comissão de Contratação, ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:

9.11.1. Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.11.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.11.3. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, para empresas com sede no Distrito Federal.

9.11.4. Prova de regularidade com a Fazenda do Município e do respectivo Estado, para a empresa licitante com sede ou domicílio fora do Distrito Federal;

9.11.5. Regularidade com a Fazenda Nacional, por meio de certidão expedida pela Receita Federal a ser confirmada a sua autenticidade no sítio eletrônico da Receita Federal; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, à Dívida Ativa da União e à Secretaria da Receita Federal, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e/ou Receita Federal do Brasil.

9.11.6. Certificado de Regularidade do FGTS ou instrumento equivalente, em plena validade, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

9.11.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em plena validade, para comprovar a inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio eletrônico/via *internet* – www.tst.jus.br/certidao - (Lei Federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011).

9.11.8. Os documentos acima exigidos devem ser obrigatoriamente relativos ao domicílio ou sede da empresa licitante.

9.12. **Relativamente à Qualificação Econômico-Financeira:**

9.12.1. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhadas da análise econômico-financeira, sendo essas, em papel timbrado da empresa, legível, sem rasuras e devidamente assinada pelo representante legal e o profissional de contabilidade legalmente habilitado e autorizado.

9.12.1.1. Será considerado o dia 1º de julho do exercício em que ocorrer a licitação como marco inicial para a apresentação do balanço e demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior ao do certame.

9.12.1.2. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios;

9.12.1.3. As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, deverão apresentar o balanço de abertura.

9.12.1.4. No caso específico de Sociedades Anônimas, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser comprovadas por meio da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal ou do estado de origem.

9.12.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. Na ausência de indicação da data de validade na certidão, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data emissão;

9.12.2.1. Na impossibilidade de apresentação da certidão indicada no subitem 9.9.2 acima, a licitante deverá apresentar plano de recuperação judicial ou extrajudicial, a participação dependerá de comprovação, respectivamente, da concessão ou da homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como do atendimento aos requisitos de qualificação econômico-financeiro previstos neste Edital.

9.12.3. A boa situação financeira da sociedade empresária será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral ≥ 1 , Solvência Geral ≥ 1 , Liquidez corrente ≥ 1 , resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral (LG)

$$ILG = (\text{ATIVO CIRC} + \text{ATIVO NÃO CIRC}) / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$$

Índice de Solvência Geral (SG)

$$ISG = \text{ATIVO GLOBAL} / (\text{PASSIVO CIRC} + \text{PASSIVO NÃO CIRC})$$

Índice de Liquidez Corrente (LC)

$$ILC = \text{ATIVO CIRCULANTE} / \text{PASSIVO CIRCULANTE}$$

9.12.4. Comprovação de patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, admitida a atualização para esta data por intermédio de índices oficiais.

9.12.4.1. Conforme § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, no caso de consórcio será exigido acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

9.12.5. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

9.12.5.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

9.12.5.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

9.12.6. Quando da participação de consórcio de empresas, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.12.7. Havendo irregularidade no cadastramento ou habilitação parcial no SICAF, será assegurado a licitante o direito de encaminhar a documentação atualizada constante dos subitens 9.8.3 a 9.8.6 e 9.9.6 por meio da opção “Enviar Anexo”, do Portal de Compras do Governo Federal, no prazo estipulado pela Comissão de Contratação.

9.12.8. Além da documentação descrita nos subitens anteriores, a Comissão de Contratação irá verificar a existência de registros impeditivos da contratação (Acórdão 1.793/2011 – Plenário – TCU), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponíveis no Portal da Transparência, no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do CNJ, e consultará a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei Federal nº 12.440, de 07/07/2011 bem como, a Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social no Portal do Ministério do Trabalho e Emprego, prevalecendo à certidão mais recente sobre a mais antiga.

9.12.9. Havendo alguma restrição relativa aos registros da empresa, será facultado a licitante o envio de documento que comprove que a situação já foi regularizada.

9.12.10. Sempre que julgar necessário, a Comissão de Contratação poderá solicitar a apresentação do original dos documentos apresentados pela licitante, não sendo aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos comprovantes exigidos no presente Edital.

10. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

10.1. As Propostas Técnicas serão avaliadas pela Banca (na forma da IN 2, de 07 de fevereiro de 2023 – S-EGES/MGI), que analisará o conteúdo de acordo com os fatores de avaliação e pontuação aos

fatores de avaliação e pontuações constantes do item 12 do Termo de Referência, que fará parte integrante deste Edital.

11. AVALIAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. As propostas de preços serão avaliadas pela Comissão Permanente de Contratação e pela Banca (na forma da IN 2, de 07 de fevereiro de 2023 – SEGES/MGI), em consonância com o disposto no item 13 do Termo de Referência, que fará parte integrante deste Edital.

12. DA PONTUAÇÃO FINAL DA PROPOSTA TÉCNICA E PREÇO

12.1. Após o atendimento às condições elencadas nos itens 12 e 13 do Termo de Referência, proceder-se-á avaliação das Notas, de acordo com o disposto no item 14 do Termo de Referência.

12.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais empresas.

12.3. O resultado do julgamento das propostas, habilitação e dos recursos apresentados será publicado na imprensa oficial, conforme recomendação contida na Decisão nº 28/2006 do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e disponibilizados nos sítios eletrônicos Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), nos sítios da Novacap (<https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/>) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/>).

13. DOS RECURSOS

13.1. Logo após o julgamento das propostas e documentação de habilitação, qualquer licitante poderá, durante a Sessão Pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após a divulgação da interposição do recurso. Observe-se que os recursos deverão ser formalizados, exclusivamente, por meio eletrônico, em campo próprio disponibilizado pelo Portal de Compras do Governo Federal.

13.2. A falta de manifestação imediata da licitante quanto à intenção de recorrer, em qualquer das fases, julgamento da proposta e/ou habilitação, nos termos do subitem anterior, importará na decadência desse direito. A não apresentação das razões do recurso no prazo legal caracterizará desistência do recurso.

13.3. Os recursos contra anulação ou revogação da licitação ou rescisão do contrato, poderão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que se verificar a intimação dos interessados.

13.4. O recurso de que tratam os subitens 13.1 e 13.3 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para adjudicar o objeto e homologar a licitação, conforme Inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.1.1. Após a homologação, a licitante adjudicatária será notificada e convocada a assinar o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

15. DO CONTRATO

15.1. As disposições e especificações contidas neste Edital serão parte integrante do Contrato (Anexo III deste Edital) e devem ser rigorosamente observadas e atendidas pela empresa, cabendo à aplicação de penalidades em caso de descumprimento de qualquer um de seus itens.

15.2. Será firmado contrato com a licitante vencedora, o qual terá por base os dispositivos da Lei nº 14.133/21, as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como as constantes da proposta apresentada pela adjudicatária.

15.3. Após apresentação do seguro garantia, a empresa adjudicatária terá prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para assinar o contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas no artigo 155, da Lei 14.133/21.

15.4. O prazo fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que a solicitação respectiva seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, bem como que ocorra motivo justo e aceito pela NOVACAP.

15.5. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidas, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para assinatura do Contrato, após comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, podendo, ainda, revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 156, da Lei 14.133/21.

15.6. A licitante vencedora deverá prestar garantia contratual na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada, de que trata o art.102 da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 30% do valor do contrato, conforme regras previstas no item 22 do Termo de Referência e na minuta de apólice constante do ANEXO VI do Termo de Referência.

15.7. O seguro-garantia deverá ser apresentado em 1 (um) mês, contados da data de homologação da licitação, nos termos do § 3º, art. 96 da Lei 14.133/2021.

16. DAS SANÇÕES

16.1. Em caso de descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência;

16.1.2. Multa;

16.1.3. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal e da União, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021).

16.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.1.5. As sanções previstas nos subitens 16.1.1, 16.1.3 e 16.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com subitem 16.1.2.

16.2. Comete infração administrativa o licitante que, com dolo ou culpa:

16.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.2.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, em especial quando:

- 16.2.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 16.2.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 16.2.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 16.2.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
- 16.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 16.2.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração;
- 16.2.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 16.2.5. Fraudar a licitação;
- 16.2.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 16.2.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 16.2.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 16.2.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 16.2.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 16.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 16.3. A licitante que incorrer nas infrações previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.2 e 16.2.3, ensejará na sanção prevista no subitem 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo da sanção prevista no subitem 16.1.2.
- 16.4. À licitante que cometer as infrações previstas nos subitens 16.2.4, 16.2.5, 16.2.6, 16.2.7 e 16.2.8, será aplicada a pena prevista no subitem 16.1.4.
- 16.5. O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos existentes em favor da Contratada ou recolhido ao Tesouro Nacional, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (§8º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021).
- 16.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 16.7. O Contratante promoverá o registro no SICAF de toda e qualquer penalidade imposta à Contratada.

17. LICENCIAMENTO

- 17.1. Conforme especificado no item 19 do Termo de Referência.

18. DOS PRAZOS

- 18.1. Conforme disposto no item 20 do Termo de Referência.

19. GESTÃO AMBIENTAL E CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 19.1. Conforme disposto no item 21 do Termo de Referência.

20. GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, SEGURO DE RISCO DE ENGENHARIA E DE RESPONSABILIDADE CIVIL E GARANTIA DA OBRA/SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS.

20.1. Conforme disposto nos itens 22, 23 e 24 do Termo de Referência.

21. **MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAL E MÃO DE OBRA**

21.1. Conforme disposto no item 25 do Termo de Referência.

22. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

22.1. Conforme disposto nos itens 26 e 27 do Termo de Referência.

23. **DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

23.1. Conforme especificado nos itens 28 e 29 do Termo de Referência.

24. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO, REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO**

24.1. Conforme disposto no item 30 do Termo de Referência.

25. **ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

25.1. Conforme disposto no item 31 do Termo de Referência.

26. **SUBCONTRATAÇÃO**

26.1. Conforme disposto no item 32 do Termo de Referência.

27. **DAS PENALIDADES**

27.1. Conforme disposto no item 33 do Termo de Referência.

28. **DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DA OBRA**

28.1. Conforme disposto nos itens 34 e 35 do Termo de Referência.

29. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

29.1. O contrato nº 0068/2023 (Doc. SEI 156482747) e seu primeiro termo aditivo (Doc. SEI 156491979), celebrados entre a NOVACAP e o TRF1, estabelecem "*in verbis*":

4. DAS OBRIGAÇÕES DA NOVACAP

4.1. Por este instrumento, a NOVACAP obriga-se a:

...

4.1.26. Atestar faturas da(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) pela NOVACAP para a execução das edificações da nova sede do TRF1, a partir de relatório técnico de validação de medições emitido por suas contratadas, acompanhadas de certidões negativas de regularidade com o INSS, FGTS, GDF e Fazenda Nacional, conforme etapas e valores previstos no cronograma físico-financeiro vigente.

4.1.27. Pagar faturas citadas no subitem 4.1.26, após anuência da Comissão de Fiscalização do TRF1, mediante recursos financeiros oriundos de repasse do TRF1 à NOVACAP.

4.1.27.1. O TRF1 terá o prazo de até 7 (sete) dias úteis para o repasse dos recursos financeiros de que tratam o subitem 4.1.27, contados do atesto de que trata o subitem 4.1.26.

4.1.27.2. A NOVACAP terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da data do pagamento às empresas por ela contratadas, para apresentar ao TRF os comprovantes destes pagamentos e dos recolhimentos dos tributos incidentes.m "*in verbis*":

...

6. DAS OBRIGAÇÕES DO TRFI

6.1. Por este instrumento, o TRFI obriga-se a:

...

6.1.13. **Repassar os recursos financeiros necessários ao pagamento das empresas contratadas diretamente pela NOVACAP para realização de perícias mencionadas no subitem 4.1.23 e para execução das obras e dos serviços da nova sede do TRF1**, mediante apresentação dos respectivos documentos fiscais, acompanhados de planilhas de medição, diário de obras, relatório dos serviços realizados, atestação dos serviços pela fiscalização da NOVACAP, resultados dos ensaios e laudos e tudo que for imprescindível à liquidação da despesa. (grifamos)

29.2. Dessa forma, os recursos necessários para custear a presente contratação encontram-se detalhados no Despacho DIGES/TRF1 (157256162):

"A Secor, em resposta ao pedido 21798653 da Coobs para verificação a disponibilidade orçamentária, **informou que para o exercício de 2025 está prevista a inclusão de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na Ação 11RV - Construção do Edifício-Sede do TRF1**, de acordo com o Acordão do CJF 21082969 (0023944-82.2024.4.01.8000) e Despacho 21800474.

Na Informação 21812658, a Secor esclareceu que Ação 11RV, destinada à construção do edifício-sede do TRF1, foi iniciada em 2006 e já executou, até o ano de 2023, o montante de R\$ 262.436.234,36. A destinação dos recursos para esta obra segue um planejamento que compreende a elaboração e aprovação de Planos Plurianuais (PPA) e anuais, submetidos à análise e aprovação pelo Conselho da Justiça Federal (CJF). Embora os planos estabeleçam diretrizes e projeções financeiras, a definição final dos valores depende da disponibilização dos referenciais monetários pelo CJF.

O PPA em vigor para a obra abrange o período de 2024 a 2027, contemplando a previsão orçamentária para a Ação 11RV de R\$ 50 milhões em 2024, R\$ 150 milhões em 2025, 2026 e 2027, e um montante adicional de R\$ 385.827.949,88 a partir de 2028. Na proposta orçamentária já aprovada, foram destinados R\$ 79.840.251 para 2024 e R\$ 30 milhões para 2025. **O plano de obras para 2026 será elaborado e enviado ao CJF até 15 de maio de 2025.** "*grifo nosso*

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Na hipótese de ocorrerem eventuais divergências entre os termos do Edital e dos modelos e anexos, prevalecem os termos do Termo de Referência.

30.2. São inaceitáveis alegações futuras de desconhecimento de fatos ou detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução e a entrega do objeto licitado. Recomenda-se que o licitante visite e examine o Local das Obras e cercanias obtendo para sua própria utilização, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para a elaboração de sua proposta e eventual celebração do Contrato. Todos os custos associados à visita ao Local das Obras serão arcados integralmente pelos próprios licitantes.

30.3. A NOVACAP poderá adiar ou revogar a presente licitação, por interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável, ficando, nesse último caso, desobrigado de indenizar, ressalvado o disposto no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/2021.

30.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

30.5. É de exclusiva responsabilidade da licitante o fornecimento e manutenção de e-mail atualizado.

30.6. Os atos decorrentes desta licitação serão públicos, exceto quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

30.7. Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto o contrário no Edital, e só se iniciem e vençam os prazos em dia de expediente na NOVACAP.

30.8. Os casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela Comissão de Contratação, que deverá, subsidiariamente, valer-se das disposições legais vigentes aplicáveis;

30.9. Após homologação do Certame, a empresa vencedora deverá obrigatoriamente cadastrar-se, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: (<https://portalsei.df.gov.br/>);

30.10. Fazem parte integrante deste Edital e seus anexos:

30.10.1. Anexo I - Termo de Referência;

30.10.1.1. Anexo I -A – Matriz de Risco e Adendo;

30.10.2. Anexo II - Relação de Elementos Técnicos;

30.10.3. Anexo III – Minuta do Contrato;

30.10.4. Anexo IV – Modelo de Declaração de Conhecimento;

30.10.5. Anexo V – Modelo de Declaração de Vistoria;

30.10.6. Anexo VI – Modelo de Declaração dos Custos Trabalhistas;

30.10.7. Anexo VII – Modelo de Declaração de Contratação de Pessoas Presas ou Egressas do Sistema Prisional;

30.10.8. Anexo VIII – Modelo de Declaração de Disponibilização de Vagas para Pessoas em Situação de Rua;

30.10.9. Anexo IX – Modelo de Declaração de Disponibilização de Infraestrutura Necessária;

30.10.10. Anexo X – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;

30.10.11. Anexo XI – Modelo de Declaração em Conformidade com a Lei de Crimes Ambientais;

30.10.12. Anexo XII – Modelo de Declaração de Inexistência de Vínculos e Conflitos de Interesses;

30.10.13. Anexo XIII – Modelo de Declaração de Regularidade Trabalhista;

30.10.14. Anexo XIV – Modelo de Declaração de Submissão à Legislação Brasileira;

30.10.15. Anexo XV – Modelo de Declaração de Conformidade com Critérios de Qualidade Ambiental e Sustentabilidade;

30.10.16. Anexo XVI – Modelo de Declaração de Conformidade com as Normas de Acessibilidade;

30.10.17. Anexo XVII – Modelo de Declaração de Direitos de Propriedade dos Modelos;

30.10.18. Anexo XVIII – Modelo de Declaração de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais;

30.10.19. Anexo XIX – Modelo Declaração de Verificação de Documentação Técnica; e

30.10.20. Anexo XX – Modelo de Declaração de Inexistência de Documento Estrangeiro Equivalente.

Brasília - DF., 09 de dezembro de 2024.

Aline Alves de Oliveira

Chefe do Núcleo de Licitação – NLC/PRES.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Disponibilizado nos seguintes sítios eletrônicos: Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), Novacap (<https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/>) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/>).

ANEXO I - A

MATRIZ DE RISCO

Disponibilizado nos seguintes sítios eletrônicos: Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), Novacap (<https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/>) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/>).

ANEXO II

RELAÇÃO DE ELEMENTOS TÉCNICOS

De acordo com Documento SEI nº 156705935.

Os documentos estão disponibilizados no link: https://trf1jusbr.sharepoint.com/:f:/s/TRF1-NOVACAP/EmNA_exd8n5KjefwlkJIQWABVZ2DHRJY5QDO5DEq1cgA8g?e=5uScb6

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Disponibilizado nos seguintes sítios eletrônicos: Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), Novacap (<https://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/>) e Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://pncp.gov.br/app/>).

ANEXO IV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, para fins de comprovação junto à Companhia Urbanizadora da Nova Capital de Brasil - NOVACAP, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de execução dos serviços, com vista a proteger o interesse da Administração na fase de execução do contrato, nos termos do Acórdão 1174/2008 – Plenário – TCU.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da empresa/consórcio com conhecimento técnico

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTÓRIA**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, que vistoriou o local onde serão executados os serviços objeto da licitação e que tomou plena ciência das condições e peculiaridades existentes.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO DOS CUSTOS TRABALHISTAS**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e

nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; (art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021).

Brasília, _____ de _____ de _____

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, o compromisso de contratação de pessoas presas ou egressas do sistema prisional (em atendimento a Resolução nº 307, de 17 de dezembro de 2019), destinando 6% (seis) por cento das vagas para pessoas nesta condição.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE VAGAS PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, sob as penalidades da lei, que, caso seja contratada para a execução do objeto deste certame, disponibilizarei o percentual mínimo de 2% das vagas de trabalho para pessoas em situação de rua, conforme estabelecido na Lei nº 6.128, de 2018, e no Decreto Distrital nº 45.846/2024.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO IX**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, que disponho de toda a infraestrutura necessária, incluindo instalações, aparelhamento e corpo técnico disponível, para a execução dos serviços a serem contratados, conforme os prazos definidos no cronograma físico-financeiro.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO X**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, que disponha dos profissionais que comporão a Equipe Técnica Responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XI**MODELO DE DECLARAÇÃO EM CONFORMIDADE COM A LEI DE CRIMES AMBIENTAIS**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, de acordo com a condição da empresa/consórcio, que não está sob pena de interdição de direitos, previstos na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais).

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULOS E CONFLITOS DE INTERESSES**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara que não possui sócio(s) ou, no caso de sociedade anônima, diretor(es) que sejam cônjuge(s), companheiro(s) ou que tenham parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como com servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos do inciso VI e do § 3º do art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 229/2016.

Além disso, a empresa declara a inexistência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que atue na fiscalização ou gestão do contrato, conforme art. 7º, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021. Também afirma que não há participação, direta ou indireta, de agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal que atuem como contratantes ou responsáveis pela licitação, em conformidade com o disposto no Decreto Distrital nº 39.860/2019 e na Portaria Distrital nº 356, de 29 de julho de 2019.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE TRABALHISTA**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista; (art. 14 inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021).

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XIV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUBMISSÃO À LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:,
com sede na, declaro, de forma expressa, que a
empresa/consórcio acima citado se submete à legislação brasileira.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XV**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E
SUSTENTABILIDADE**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:,
com sede na, declara, que atende aos critérios de
qualidade ambiental e sustentabilidade, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, em
conformidade com a Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, e suas alterações, bem como com a
Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
(MPOG), e o Manual de Sustentabilidade e Eficiência Energética da Justiça Federal.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XVI**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE ACESSIBILIDADE**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:,
com sede na, declara, executará os serviços sob sua

responsabilidade atendendo ao que prevê as Normas de Acessibilidade vigentes, nos termos da Lei Federal nº 10.098/2000 e do Decreto Distrital nº 43.056/2022, que regulamenta a Lei Distrital nº 6.138/2018.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XVII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE DOS MODELOS

Edital: *[identificar o Certame]*

Objeto: Contratação integrada de empresa ou consórcio, nacional ou internacional, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como *As Built* (“Como Construído”); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; ao fornecimento e instalação de mobiliário fixo; à montagem, realização de testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes à entrega final da nova sede do **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, a ser implantado no endereço: Setor de Administração Federal Sul (SAF), Quadra 5, Lote 03, Asa Sul, Brasília - DF.

Pelo presente documento, eu ... *[Nome do representante legal da empresa/Consórcio]*, nacionalidade ..., profissão ..., , portador da Cédula de Identidade nº... *[Número do documento]*, expedido por ... *[Nome do órgão expedidor]*, inscrito no CPF sob o nº ... *[Número do documento]*, residente e domiciliado em ... *[Endereço completo]*, CEP ..., endereço eletrônico ..., representante legal da.... *[Nome da pessoa jurídica da empresa/Consórcio]*, inscrito no CNPJ sob o nº. ... *[Número do documento]*, declaro:

Que o TRF1 seja considerado a proprietária de todos os modelos BIM desenvolvidos e documentos derivados gerados pela Contratada no processo de elaboração dos projetos BIM, parte integrante do objeto da licitação em epígrafe, e que os mesmos não poderão ser cedidos a terceiros sem o consentimento formal da NOVACAP e do TRF1.

Declaro ainda que em relação às bibliotecas, padrões e demais arquivos utilizados e/ou criados na elaboração dos modelos BIM, estes podem permanecer sob propriedade e direito de uso da Contratada... *[Autor]*, entretanto, declaro que a NOVACAP terá o direito de uso e incorporação em sua plataforma BIM para usos e disponibilização futura sem ônus pela utilização.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XVIII**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS**

Edital: *[identificar o Certame]*

Objeto: Contratação integrada de empresa ou consórcio, nacional ou internacional, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como *As Built* ("Como Construído"); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; ao fornecimento e instalação de mobiliário fixo; à montagem, realização de testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes à entrega final da nova sede do **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, a ser implantado no endereço: Setor de Administração Federal Sul (SAF), Quadra 5, Lote 03, Asa Sul, Brasília - DF.

... *[Nome do autor do projeto]*, nacionalidade ..., estado civil..., profissão ..., com registro no CAU/CREA sob nº ... *[Número do registro no Conselho Profissional]*, portador da Cédula de Identidade nº... *[Número do documento]*, expedido por ... *[Nome do órgão expedidor]*, inscrito no CPF sob o nº ... *[Número do documento]*, residente e domiciliado em ... *[Endereço completo]*, CEP ..., endereço eletrônico ..., doravante denominado CEDENTE;

APRESENTA, em favor da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP, empresa pública, inscrita no CNPJ sob o nº 00.037.457/0001-70, com sede no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", em Brasília/DF, representada neste ato por seu(a) Diretor(a)-Presidente ... , nacionalidade ..., estado civil ..., profissão ..., portador(a) da Carteira de Identidade nº ... *[Número do documento]*, inscrito no CPF/MF sob nº ... *[Número do documento]*, residente e domiciliado(a) em ... *[Endereço completo]*, doravante denominada CESSIONÁRIA;

Para todos os fins e conforme as disposições a seguir dispostas, a presente DECLARAÇÃO DE CESSÃO TOTAL DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS relativos a documentos técnicos, projetos e obras a serem desenvolvidos, caso contratada, para execução do objeto do Certame em epígrafe, no interesse da CESSIONÁRIA que, para fins do presente instrumento, se denominarão somente como PROJETOS.

1. O CEDENTE, em caráter total, irrevogável, irretratável, cede e transfere ao TRF1 todos e quaisquer direitos autorais de natureza patrimonial sobre os PROJETOS ou quaisquer outros serviços que vierem a ser realizados no âmbito da relação de trabalho, nos termos da Lei nº 9.610/1998, do Art. 17, *caput*, da Lei nº 5.194/1966 e do Art. 3º, § 2º, da Resolução CAU/BR nº 67, de 5 de dezembro de 2013.
2. A exclusividade de que trata o item anterior será oponível inclusive ao CEDENTE.
3. Em face da presente cessão e transferência de direitos autorais patrimoniais, a CESSIONÁRIA está autorizado a conferir aos PROJETOS as mais variadas modalidades de utilização, fruição e disposição, sem qualquer restrição de espaço, idioma, quantidade de exemplares, número de veiculações, emissões, transmissões e/ou retransmissões, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.
4. A CESSIONÁRIA poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos PROJETOS na forma que considerar mais adequada, inclusive nas hipóteses de alterações do PROJETOS, sendo estas conforme conceito da Lei

nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea “g”, salvo se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação.

5. A CESSIONÁRIO poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente destinados, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que o CEDENTE não será remunerado por essa reutilização.

6. O CEDENTE fará constar em todos os documentos que venham a compor os PROJETOS, ou em parte deles, a critério da CESSIONÁRIA, o teor da cessão de direitos autorais patrimoniais e autorizações desta cláusula e, nos locais indicados pela CESSIONÁRIA, a inscrição “PROPRIEDADE DA NOVACAP”.

7. O CEDENTE se compromete a não fazer o aproveitamento substancial dos PROJETOS em outros trabalhos que venha a desenvolver, excetuando-se aqui projetos modelo que visem à padronização de objetos, por interesse da CESSIONÁRIA, de modo a preservar a originalidade dos serviços.

8. O CEDENTE declara ser o legítimo e exclusivo autor e criador dos PROJETOS, comprometendo-se a responder por todos e quaisquer danos causados a CESSIONÁRIA e a terceiros em decorrência da violação de quaisquer direitos, inclusive de propriedade intelectual.

9. Em face da eventual reivindicação apresentada a CESSIONÁRIA por terceiros, relativa a quaisquer direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, o CEDENTE deverá adotar, à sua exclusiva expensa, todas as providências necessárias para assegurar a CESSIONÁRIA o exercício de seus direitos, respondendo exclusivamente por quaisquer infrações de caráter civil ou criminal.

10. Caso a CESSIONÁRIA, por questões referentes a direitos sobre os PROJETOS ou direitos neles incluídos, venha a ser acionado judicialmente, o CEDENTE, além de colaborar para a defesa da CESSIONÁRIA e fornecer subsídios necessários, assumirá o polo passivo da demanda.

11. A cessão e a transferência dos direitos autorais patrimoniais vigorarão por todo o prazo de vigência dos direitos autorais patrimoniais sobre os PROJETOS, bem como por eventual prazo de proteção que venha a ser concedido por futura alteração legislativa.

12. A cessão e transferência dos direitos autorais patrimoniais sobre os PROJETOS serão válidas em todo o território nacional.

13. O CEDENTE, sob sua responsabilidade, fornecerá a CESSIONÁRIA, por escrito, no prazo definido na respectiva solicitação, os nomes, sinais convencionais ou pseudônimos que devam ser mencionados na indicação de autoria e divulgação dos PROJETOS, bem como seu título, se houver.

14. Os Direitos Autorais Morais pertencerão sempre ao profissional, nos termos da Lei nº 9.610/1998, da Lei nº 5.194/1966 e da Resolução CAU/BR nº 67, de 5 de dezembro de 2013.

15. A presente CESSÃO de direitos alcançará todo o período de vigência do contrato entre o CEDENTE e a NOVACAP.

16. Este instrumento obriga as partes, assim como seus herdeiros e sucessores.

17. As partes elegem o Foro da Justiça Federal de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

As partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, _____ de _____ de _____.

[Identificação do Cedente, relacionando todos os profissionais responsáveis técnicos]

CEDENTE

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio

ANEXO XIX**MODELO DECLARAÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**

Edital: *[identificar o Certame]*

Objeto: Contratação integrada de empresa ou consórcio, nacional ou internacional, com vistas à elaboração dos Projetos Básico e Executivo de Arquitetura e de Engenharia, bem como *As Built* ("Como Construído"); à obtenção de licenças, outorgas e aprovações; à execução de obras e serviços de engenharia; ao fornecimento e instalação de mobiliário fixo; à montagem, realização de testes, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes à entrega final da nova sede do **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, a ser implantado no endereço: Setor de Administração Federal Sul (SAF), Quadra 5, Lote 03, Asa Sul, Brasília - DF.

Declaro, para os devidos fins, que foi realizada a verificação completa do projeto e Modelos BIM e xxxx/orçamento elaborado, consubstanciada no *Check List de Orçamento (ANEXO 4)* e no *PLANO DE EXECUÇÃO BIM PRELIMINAR doc (XXXXX)*, o qual é composto dos seguintes documentos:

A Contratada deverá examinar todos os modelos BIM fornecidos no certame licitatório e, caso necessário, atualizá-los sem ônus para a Contratante e Proprietário e sem acréscimo de prazo nas entregas de projeto e execução da obra.

[relacionar todos os documentos entregues à análise]

Brasília, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa/Consórcio

ANEXO XX**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTO ESTRANGEIRO EQUIVALENTE**

A empresa/consórcio....., inscrita no CNPJ sob o n.º:, com sede na, declara, sob as penas da lei, que os documentos de habilitação exigidos no edital/termo de referência, abaixo listados, não possuem equivalentes na legislação do seu país e que está ciente das responsabilidades civil e criminal decorrentes da falta de veracidade das informações prestadas, como também das sanções administrativas e penais a que está sujeita no Brasil, caso o teor deste instrumento não seja condizente com a situação atual e real da empresa.

Brasília, _____ de _____ de _____.

Identificação do Representante Legal da Empresa/Consórcio



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 09/12/2024, às 14:11, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **158056162** código CRC= **48B7E05C**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00025268/2024-08

Doc. SEI/GDF 158056162